

Obstrução poderá terminar

por Cláudia de Souza
de Brasília

Depois de dois anos, a pauta de debates do plenário do Senado poderá não ser mais obstruída pelo PMDB. Ontem, o "lobby" de prefeitos de vários estados, que movimentou os gabinetes do PDS e do PMDB, em busca da aprovação dos 315 pedidos de empréstimo bloqueados pela constante falta de quórum para votação, conseguiu um início de solução para o problema.

Diante de uma proposta do PDS, a bancada do PMDB, reunida à noite, decidiu, por "esmagadora maioria", entrar em entendimentos com o partido do governo, para garantir a presença de seus senadores no plenário e votar 133 pedidos de empréstimo de municípios e 11 pedidos de governos de estado, com valor máximo de Cr\$ 50 milhões. Qualquer outro empréstimo, segundo a proposta do PMDB, teria sua

votação discutida pelas lideranças de cada partido.

"Nosso trabalho rendeu. Conseguimos furar o bloqueio do Senado. Agora terei campo para trabalhar", afirmou o chefe do Executivo de São Bernardo do Campo, Tito Costa, aos demais prefeitos reunidos no Hotel Nacional, depois de ouvir o relato da decisão, pelo senador Henrique Santillo (PMDB-Goiás). Costa acredita que o partido do governo e a oposição poderão entrar em acordo para votar os empréstimos que envolvem meios maiores do que Cr\$ 50 milhões. Os prefeitos — que somaram 35, sendo 24 do PDS — desistiram da idéia de impedir um mandado de segurança contra a presidência do Senado, um trunfo descreditado pelas lideranças tanto do PMDB quanto do PDS.

O senador José Lins, vice-líder do governo no Senado, que foi à reunião dos

prefeitos, ontem à noite, afirmou aos prefeitos que acha a proposta do PMDB restritiva — na proposta do PDS, de sua autoria, o limite do valor dos empréstimos que seria votado sem obstrução é de Cr\$ 100 milhões —, mas que a considera importante e oportuna porque abriria condições para o diálogo. "Temo que não se vote nada mais além dos empréstimos de até Cr\$ 50 milhões, e que não possamos desobstruir o restante da pauta", ponderou ele.

As preocupações do senador José Lins têm razão de ser. Ainda no final da tarde de ontem, o senador Humberto Lucena, líder do PMDB no Senado, deixava claro que a posição do PMDB seria a de não permitir que os empréstimos, em particular aqueles pedidos por governos estaduais, fossem aprovados, para evitar que os recursos fossem utilizados para favorecer o PDS nas eleições de novembro. As exceções que o PMDB já se dispusera a fazer — três empréstimos para a Unicamp, e os corpos de bombeiros de Porto Alegre e do Rio de Janeiro — estão discriminadas na proposta, que será encaminhada hoje ao líder do PDS, senador Nilo Coelho.